

Análise do pensamento conservador culturalista do Exército no Brasil

WALLACE DA SILVA MELLO

RESUMO: O artigo analisa o pensamento político de militares do Exército brasileiro, identificando, contextualizando e problematizando a presença de um ideário culturalista conservador na análise da sociedade brasileira. Retoma-se discussões sobre o imaginário, as tradições e a participação dos militares na história política nacional, demonstrando a existência de uma mentalidade que interpreta o passado brasileiro e orienta determinadas condutas políticas contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Exército. Nação. Democracia. Pensamento Político. Conservadorismo Culturalista.



Analysis of the culturalist conservative thinking of the Army in Brazil

ABSTRACT: The article analyzes the political thinking of the Brazilian Army, identifying, contextualizing, and questioning the presence of a conservative culturalist ideology in the analysis of Brazilian society. Discussions about the imagination, traditions and participation of the military in national history are resumed, demonstrating the existence of a mentality that interprets the Brazilian past and guides certain contemporary political behaviors.

KEYWORDS: Army. Nation. Democracy. Political Thought. Culturalist Conservatism.

WALLACE DA SILVA MELLO

Doutorando em Sociologia Política (UENF-em andamento). Professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro em Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci, no Noroeste Fluminense.
E-mail: wallace_sm89@hotmail.com

RECEBIDO: 28/02/2022

APROVADO: 26/06/2022

1 Introdução

Os militares são atores indispensáveis para a compreensão do jogo político, eleitoral, administrativo e mesmo simbólico-cultural no Brasil contemporâneo. Tendo participado de vários movimentos políticos desde a Proclamação da República, não se compreende os (des)caminhos da política nacional sem se entender o papel dos militares. O expressivo apoio dado por militares à vitória da chapa presidencial de ex-militares Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão em 2018, e as constantes ameaças (mais ou menos sutis) de golpe proferidas por Bolsonaro e corroboradas por lideranças da reserva,¹ levantam dúvidas sobre a interferência das Forças Armadas (FFAA) no jogo político brasileiro.

Neste quadro, compreender o que os militares pensam sobre a política, a democracia e função deles na política no Brasil torna-se não apenas importante historicamente, mas também útil para o entendimento das dinâmicas sociais e políticas contemporâneas.

Buscando contribuir com isso, propõe-se neste artigo a análise de alguns textos de militares do Exército Brasileiro que fazem, fizeram parte, apoiam ou apoiaram publicamente o governo de Jair Bolsonaro. Busca-se investigar se existem elementos do pensamento culturalista conservador² (LYNCH; PAGANELLI, 2017) entre esses militares. Complementarmente, analisa-se também algumas monografias dos concluintes do curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende-RJ. A seleção da amostragem das monografias se deu através da pesquisa no banco eletrônico de dados da AMAN, com a inserção do vocábulo “história”. Foram encontradas, com essa entrada na pesquisa, 117 monografias. Destas, selecionou-se aquelas cujos temas julgaram-se ser especificamente sobre a história do Brasil, questões políticas contemporâneas e análises sobre períodos históricos. Restaram 22 monografias. É importante destacar, desde já, que se trata de um trabalho que dialoga com o campo do Pensamento Político e Social Brasileiro acerca das imagens e interpretações que os militares do Exército produzem sobre o Brasil.

1 Um exemplo desta tensão foi expresso em Nota à Nação Brasileira de 22 de maio de 2022, disponível em: https://twitter.com/gen_helena/status/1263896941349535746. Acesso em: 21 jan. 2021.

2 O conceito de conservadorismo culturalista é apresentado e discutido a partir do tópico 2 deste artigo.

Busca-se observar se se reproduzem essas hipotéticas análises conservadoras culturalistas observadas nos textos e discursos dos militares que apoiam o governo Bolsonaro entre os futuros oficiais do Exército Brasileiro. Assim, acredita-se ser possível compreender – ainda que parcialmente – a circulação desse conservadorismo culturalista que pode influenciar o pensamento e a ação política de militares atualmente, embora isto não seja desenvolvido neste trabalho.

O tratamento dos textos se deu a partir da análise qualitativa de conteúdo. A hipótese que busca-se comprovar neste artigo é a de que há entre setores militares brasileiros, especificamente do Exército, um pensamento conservador culturalista que se relaciona com as tradições e interpretações internas ao Exército e, ao mesmo tempo, dialoga com o anticomunismo, com a Doutrina de Segurança Nacional e com o passado intervencionista dos militares no Brasil. Ao fazer isso, a hipótese que se desenvolve é a de que este pensamento constrói uma imagem sobre o passado brasileiro (e das Forças Armadas), define os elementos da nacionalidade e o papel das Forças Armadas nesse processo, produz uma Sociologia Política e sobre o político (o campo da política) e a democracia e legitima o perfil salvacionista (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020), messiânico (COELHO, 2000) ou simplesmente intervencionista das FFAA no Brasil.

2 O pensamento sociopolítico brasileiro e os militares: três tradições

2.1 O positivismo

Um dos esforços de nacionalização das doutrinas de intervenção militar na política brasileira foi feita por Frederico Costa (2008).³ Sem ignorar as questões e vinculações externas, Costa (2008) reconhece três tradições surgidas no pensamento político e social brasileiro e que teria desdobramentos na própria Doutrina de Segurança Nacional: o Positivismo, o Autoritarismo e a Ingerência Militar na República. De acordo com Ângela Alonso (1996), o positivismo nasceu a partir de uma proposta científica e filosófica caracterizada por uma epistemologia racionalista. Ao

3 Há trabalhos que enfatizam a relação entre os militares no Brasil e o contexto da Guerra Fria. Recomenda-se a leitura de Moniz Bandeira (2001).

mesmo tempo, o positivismo se constituiu também como doutrina política (ALONSO, 1996, p. 111).

A partir da segunda metade do século XIX, Comte altera concepções teóricas positivistas. Em síntese, ele compreende ser necessário uma socialização que teria na hierarquia e autocracia as bases de sua sociedade (ALONSO, 1996). Mesmo a democracia é interpretada como uma ilusão metafísica destinada ao desaparecimento. Seguindo a argumentação de Alonso (1996), o ponto fundamental é a tentativa de síntese dos princípios do movimento positivista brasileiro, a saber o cientificismo, a modernização social ordeira; a tendência de valorização do bem coletivo; e certa visão negativa dos bacharéis e literatos.

Benjamin Constant (1836-1891), foi um dos principais nomes do positivismo brasileiro, servindo de ponte entre a elite civil e setores militar da época. Na Escola Militar da Praia Vermelha, difundia-se os princípios do cientificismo, racionalismo, na busca pelo desenvolvimento pelo mérito próprio e da valorização do conhecimento. De acordo com Alonso (1996), Constant desenvolveu uma concepção de positivismo de corporação. Essa concepção também seria conhecida pela visão “modernizadora e jacobina, na qual se enfatizava a ditadura republicana comandada por um grupo de eleitos, que os militares identificaram consigo mesmos” (ALONSO, 1996, p. 125). E ainda:

Um Exército [...] que soube elevar-se nobremente à sublime missão social e política reservada aos exércitos modernos [...]. É que eles obedecem consciente ou inconscientemente na sua índole, organização e nos seus destinos a leis imperturbáveis reguladoras da evolução geral do progresso humano que tende inevitavelmente e progressivamente para o feliz regime final industrial e pacífico resultante do fraternal conagraçamento dos povos. [...] Para ele concorrerá poderosamente o exército brasileiro a que me orgulho pertencer (CORREA, 1997, p. 15).

Destaque-se na fala de Constant, entre outros pontos, a crença cientificista em leis gerais do desenvolvimento humano; uma concepção de missão redentora do Exército; o caráter claramente político do movimento positivista. Argumenta-se que as Forças Armadas se constituíram no:

mais célebre grupo burocrático a reivindicar o papel de “vanguarda iluminista”. Desde o final do Império, porta-vozes deles de inspiração positivista e jacobinista, como Benjamin Constant e Lauro Sodré, passaram a veicular a tese de que os soldados seriam “cidadãos fardados”: os militares seriam os mais patrióticos de todos os cidadãos; os únicos dotados de, num ambiente de decadência cívica e da classe política civil (a “pendantocracia”) e da apatia do povo, darem a vida pela Pátria. (LYNCH, 2017b, p. 14).

Essa concepção política intervencionista da ditadura positiva e republicana não deixou de influenciar o pensamento militar da época. Pedro Aurélio de Góes Monteiro, general alagoano do Exército, é figura importante no apoio militar a Getúlio Vargas na década de 1930, e para a compreensão tanto do pensamento quanto para o entendimento da reorganização militar daquele período:

Confesso que admirei, realmente, na minha mocidade, a conduta política castilhistas, influenciada pela formação defeituosa da mentalidade dos cadetes da Escola Militar. O espetáculo de ordem, trabalho e honradez do governo sul-rio-grandense era único em meio a tropelias e escândalos reinantes em outros estados da nação. [...] Era um modelo de tirania esclarecida [...]. Cedo verifiquei, porém, o caráter miniatural do *estatismo positivista*, propenso a construir republiquetas de governança patriarcal, impróprio a conformar, nos seus liliputianos quadros, o problema de dimensões continentais como é, de fato, o conjunto brasileiro. Esse caráter fracionário, localista, federativo no puro sentido que está na base da política comitiana, repugno ao meu modo de ser militar. Quem diz militar diz brasileiro. O Soldado não é gaúcho, nem alagoano, nem amazonense. É brasileiro (FERREIRA, 1964, p. 112-113, grifo do autor).

Novamente aparece a temática da necessidade da ordem social e política, da decadência moral e má formação das elites, e na política brasileira, a percepção de que reina o particularismo e egoísmo antinacionalista e impatriótico. Em carta escrita a Sobral Pinto em 1945, diz Góes Monteiro. Mesmo se mantendo determinados valores

e perspectivas positivistas no discurso de Góes Monteiro, há também críticas aos particularismos da doutrina castilhistas⁴. Na mesma carta, o general faz alusão a Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, mostrando que a circulação e produção de ideias era muito maior.

2.2 O pensamento nacionalista autoritário

Pode-se definir o pensamento nacionalista autoritário pelo conjunto de escritores (principalmente entre 1920 e 1940), que elaboraram críticas ao liberalismo oligárquico, representado no Brasil pela Constituição de 1891; pela crítica à democracia liberal; e pela defesa de um governo forte que pudesse constituir uma nação e criar as condições para o desenvolvimento social e político nacional, num cenário marcado pela desagregação social e pelas consequências maléficas do liberalismo aqui implantado. Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos, Plínio Salgado são alguns dos intelectuais identificados com esse pensamento.

Os pensadores autoritários, assim propunham soluções não-liberais ou antiliberais, preconizando o papel do Estado como agente privilegiado de transformação social, apoiado no desejo da massa de não ser oprimida pelas oligarquias e na missão de sanear a política brasileira (COSTA, 2008, p. 48).

Ecos desse mesmo pensamento nacionalista autoritário podem ser encontrados no pensamento do próprio General Góes Monteiro:

[...] na tentativa de reinserir as ideias de Góis Monteiro no sistema social inclusivo conduz necessariamente ao exame do chamado pensamento autoritário, que se formou no Brasil sobretudo a partir da Primeira República e configurou uma ideologia autoritária cuja influência se fez presente já nos anos 1920 e principalmente depois de 1930. (PINTO, 2016, p. 296).

4 Segundo Célia Junqueira (1979), o castilhismo poderia ser caracterizado como um republicanismo autoritário. Antônio Paim (1979) destaca a concepção castilhista segundo a qual o sistema representativo é inadequado ao Brasil. No modelo castilhista não haveria parlamento, as leis seriam decretadas pelo governo, que também assumiria a função administrativa. A assembleia teria função meramente orçamentária. A única divisão de poderes seria entre o poder espiritual e o temporal, isto é, propunha-se um governo baseado na ciência.

Ele produz um diagnóstico próximo das críticas autoritárias e nacionalistas sobre a ausência de nação, de espírito cívico e patriótico e corrupção das elites civis:

[O Brasil se apresenta] [...] como uma federação de Estados desiguais, heterogêneos nas suas condições de administração, de riquezas e de latitudes. A opinião pública não se organiza correspondentemente à União, ao todo, e sim, segundo as conveniências das partes. A deturpação do regime republicano-democrático criou quistos, aberrações, e doenças incuráveis – entre elas as numerosas organizações oligárquicas, regionalistas, as quais se arrogam o direito de governar o país, torcendo os seus destinos, jogando a sorte da nação, no meio das lutas sanhudas, rivalidades, apetites facciosos, de quem provém constantes ameaças à integridade nacional. b) A massa da população rural quase que uniformemente empobrecida, ignorante e jacente à mercê das mais ignóbeis explorações, deseducada e infeliz. A massa agrária, sobretudo, nem um leve aperfeiçoamento experimenta nas suas condições semi-feudais. O operariado urbano, insatisfeito, mal orientado e sabotado (LOUREIRO, 2013, p. 202-203).

Essa análise de Góes Monteiro parece repercutir as ideias de Oliveira Vianna sobre o caráter dendrófilo, fragueiro e solitário do sertanejo e sobre o caráter quase feudal de nossa sociabilidade. Costa (2008, p. 52) entende que, para Vianna, “o mundo rural brasileiro teria produzido dois tipos de solidariedade, os clãs feudais (ou rurais) e parentais, expressões do caráter particularista do homem nacional.

Loureiro (2013), Pinto (2016) e Costa (2008) concordam com a conclusão da relação entre o pensamento autoritário e o pensamento político de militares no contexto dos anos 1930 e 1950. Góes Monteiro estava diretamente vinculado ao Estado Novo varguista e ao projeto de reestruturação do Exército Brasileiro.

Se o diagnóstico é semelhante, a profilaxia militar – sobretudo de Góes Monteiro – guarda uma especificidade: a importância do Exército como condutor do processo:

O Exército deverá ser uma escola e uma oficina de preparação de todos os meios de defesa da nacionalidade. Conseqüentemente, essa escola e essa oficina devem estar ligadas a todos os outros esforços e atividades da vida coletiva, para haver coordenação regular no sentido do objetivo comum. A educação (moral, cívica, física e profissional) interessa muito de perto à Defesa Nacional; as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando a prejudiquem. A economia dirigida fornecerá os materiais à administração pública; e a imprensa e a educação dirigidas fornecerão a mentalidade capaz de disciplinar as gerações futuras (LOUREIRO, 2013, p. 208).

A questão da educação retorna no pensamento militar do General Eurico Gaspar Dutra. Segundo ele:

[...] a finalidade de toda educação moderna é a formação de unidade espiritual da nação, do melhor dirigente nacional e a seleção de chefes. Seria toda uma obra de autoridade e de respeito, fundada em critério severo e conduzido com justiça, carinho e energia. Para o ministro, haveria, em matéria de educação, dois temas presentes que se contrariavam: o sistema autoritário e o sistema liberal. Com relação ao segundo, observava que já havia sido feita uma experiência no domínio público e que o resultado fora o mais desastroso possível. [...] Segundo Dutra, o modelo ideal era fundado nos princípios psicológicos e autoritários, calcado nas regras da disciplina social, cujo fim era formar valores reais e positivos que em todos os domínios fossem úteis e socialmente aproveitáveis (RODRIGUES, 2018, p. 327).

Esse ponto também foi explorado por outros intelectuais do período. Segundo Loureiro (2013), o próprio Francisco Campos abordou a questão da militarização da educação. O projeto não vingou, mas representava a afinidade com o ideal de Góes Monteiro sobre a educação no país.

Tanto pela presença no Estado Novo varguista quanto pela afinidade ideológica e analítica sobre o Brasil, os autores do pensamento nacionalista autoritário e militares do Exército – sobretudo

– possuíam muitas afinidades naquele contexto. Essas afinidades se baseavam na concepção de estado forte e necessário, na crítica ao liberalismo, à democracia e às elites desagregadas e desagregadoras que se constituíram aqui e ao fato de que o povo não poderia ser deixado sozinho se se pretendia desenvolver-se: era necessária uma burocracia forte, com projeto claro e retidão moral para assim desempenhar essa missão pela nação. Esse seria o papel das Forças Armadas.

2.3 O pensamento culturalista conservador

O pensamento conservador é muito amplo, englobando diversas perspectivas dentro do escopo da defesa de alguma forma de conservação. Segundo Lynch (2017a, p. 315), “não há conservadorismo, mas conservadorismos; da mesma forma, eles nem sempre se harmonizam, frequentemente competindo e entrechocando”.

Dentro deste conjunto de perspectivas, o pensamento culturalista conservador pode ser definido como:

a tendência a defender a tese de que a essência da sociedade brasileira já foi formada por Deus, pela natureza ou pela história. Este conservadorismo pode ser chamado precisamente de culturalista, porque valoriza o passado que eles qualificam positivamente como patriarcal, ibérico e católico. Descrita em tons de um épico civilizacional, a formação colonial era vista como tendo moldado uma cultura original na América. Graças à esse processo, o Brasil desenvolveu uma sociedade singular, que faz dela perfeitamente distinguível de outras grandes nações e transforma sua população em um povo autêntico (LYNCH; PAGANELLI, 2017, p. 881, tradução do autor).

Um dos autores importantes nessa tradição é Gilberto Freyre. Apesar de importante intérprete do Brasil, sua obra dedicada a pensar a relação entre militares e a sociedade brasileira é relativamente pouco estudada e comentada. Acredita-se que essa concepção culturalista e conservadora, da qual Freyre é um expoente, foi e ainda é importante para a compreensão do pensamento e das ações políticas de militares brasileiros contemporâneos.

Gilberto Freyre (2019) analisa a história brasileira e a participação dos militares no Brasil, sobretudo do Exército. O autor identificava uma semelhança entre o fazer profissional do sociológico e do militar moderno: a necessidade do conhecimento prático e empírico. Um dos pontos centrais da argumentação freyreana é a da superioridade do Exército enquanto força nacional. No pós-Guerra do Paraguai, recusando-se a perseguir escravizados negros:

[...] o Exército recusou ser um “subexército”, para melhor continuar a ser normal e dignamente exército: Exército da Nação. E fazendo-o, se não agiu dentro da estrita normalidade de seu papel de coordenador de contrários nacionais e de fiel cumpridor das ordens do governo estabelecido, não agiu contra o conjunto de forças que constituíam a nação: apenas deixou de agir em favor de uma só – a grande Propriedade (FREYRE, 2019, p. 22).

O Exército é visto como uma organização da vanguarda nacional, esclarecida e ativa em prol da nação. Mesmo desagradando a um setor da nação, agia em prol dos outros, dado que representavam o conjunto das forças nacionais. Trazendo à tona sua sociologia política, Freyre enfatiza que o Exército é o “coordenador dos contrários”. A partir da constatação da diversidade cultural, política e social, o Exército é alçado à força superior capaz de coordenar os diferentes, modulando e modelando os conflitos sociais. Em artigo publicado no dia 05 de abril de 1964, no Diário de Pernambuco, argumenta Freyre que:

[...] diante de nova e saudável presença das Forças Armadas na vida pública brasileira, em momento excepcionalmente crítico para as instituições brasileiromente democráticas no nosso país – presença supra-partidária e supra-regional e desinteressada de vantagens do poder político por parte dos militares [...] Não são poucos [...] que estão desejando saber de brasileiros se há de fato uma “constante” – já sugerida por um sociólogo brasileiro – segundo a qual as Forças Armadas do Brasil vinham desempenhando na República função outrora desempenhada – neste ponto a sugestão é de Joaquim Nabuco – no nosso país

pela Coroa. Isto é, a função de força suprapartidária cuja intervenção na vida política ocorreria apenas, de modo decisivo e superior, em momentos de agudo desajustamento internacional ou interpartidário e para sobrepor aos interesses facciosos em conflito ou em choque extremado, o interesse ou a conveniência autenticamente nacional. Com efeito, não foi outra atitude das Forças Armadas brasileiras em face da Revolução Republicana que elas [...] sobrepondo-se ao sectarismo doutrinário dos Positivistas e dos Republicanos chamados históricos, assimilaram a conveniência nacional. [...] Fato semelhante ocorreria em 1930: o elemento militar, ou de formação militar, responsável pelo movimento revolucionário que então ocorreu, inesperada e excepcionalmente no Brasil [...] destacou-se do civil, mais fervorosamente revolucionário, pelo modo porque procurou transformar um movimento de grupo contra grupo em amplo esforço de renovação nacional [...] O mesmo papel que estão desempenhando agora, em benefício – é de se esperar – do que a democracia tem de mais substancial – e não em proveito de um partido ou de classe ou de um Estado ou de um grupo de Estado ou de industriais ou de um grupo de industriais [...] (FREYRE, 1964, p. 4).

Freyre constrói uma concepção histórica, institucional e organizacional que legitima a intervenção política dos militares. Nesse sentido, as teses do autor se aproximam das de Oliveira Vianna sobre o caráter particularista e insolidário da elite econômica brasileira. E mais, o diagnóstico que apresentam já sugerem a necessária ação restauradora das Forças Armadas. “Sem senso de responsabilidade e sem culto de disciplina não há exército, nem há nação, nem há ciência” (FREYRE, 2019, p. 15).

Apesar disso, o autor argumenta que o culto à ordem não pode se converter num abandono de nossas tradições culturais mestiças, plásticas socialmente e adquiridas ao longo da experiência histórica brasileira. Seria exatamente a mestiçagem e a presença cultural das diferentes culturas e experiências sociais que permitem ao Brasil se lançar ao mundo com um exemplo moderno de sociabilidade:

[...] normas de convivência e até ideais de plástica humana baseados em tolerância de contrários ou em equilíbrio de antagonismos, já antigos entre nós. Teremos sido, assim, como nação ou povo, antecipados em vez de retardados culturais como chegaram a imaginar” (FREYRE, 2019, p. 17).

Negociação e harmonização das diferenças sociais, esse é o receituário de Freyre. Mesmo quando haveria uma crítica a se fazer ao Exército, na verdade se devia criticar as elites corruptas, bovaristas,⁵ bacharelescas e ineptas. É assim que o autor explica o fracasso militar no combate ao Arraial de Canudos (FREYRE, 2019). Ainda no âmbito das críticas ao universo civil e das elites nacionais, Freyre argumenta que as Forças Armadas não são capazes de resolver todas as mazelas sociais:

Ninguém mais fará cousa alguma porque tudo se deixará ao Exército, que é forte, que é poderoso, que é paternal. Semelhante atitude aqui apresentada em traços exagerados de caricatura [...] não deixa de importar em homenagem ao Exército, que é hoje, no Brasil, força organizada no meio da muita desorganização que nos perturba e aflige (FREYRE, 2019, p. 27).

É importante notar o uso que Freyre (2019) faz do termo “paternal” para descrever o Exército. Na sequência de sua interpretação histórico-sociológica, o autor identifica a organização militar sobre as demais instituições nacionais, que não conseguem dar conta da “desordem” que prejudica a população brasileira. Sobre o caráter do brasileiro, ele afirma, em artigo publicado em 1969, que:

[...] ao brasileiro, genuinamente brasileiro, repugna a grandiloquência grotesca tão dos revolucionários teatrais. Repugnam, além dos exageros verbais, os gestos dannunzianos, também muito deles. [...] A pouca disposição para aceitar, em momentos excepcionais ou críticos da sua vida, a violência dos impactos revolucionários em suas formas clássicas, isto

5 Sinteticamente, o termo *bovarismo* refere-se ao comportamento distante da realidade, caracterizado pela personagem principal da obra.

é, sanguinárias e patibulares, parece explicar o fato de vir sendo o Brasil, como nação, desde o Movimento que lhe deu a independência política, um país notável pelas chamadas revoluções brancas (FREYRE, 1969, p. 20).

A Batalha de Guararapes e seus significado histórico-nacional é ponto fundamental para a mística militar brasileira (CASTRO, 2002), sobretudo do Exército, e é aparece também na obra de Freyre. “Afinal, foi em Guararapes que se plasmou a gênese do Exército Brasileiro e da própria ideia de Pátria, da terra brasílica” (FREYRE, 2019, p. 8). Esse mito é fundamental para a consolidação de uma sociologia política culturalista castrense de perfil intervencionista: o Exército surge no século XVII a partir da união das três raças que constituem o Brasil para expulsão do estrangeiro invasor. Exército, nação e democracia racial são plasmadas, segundo essa mitologia, quase que simultaneamente. Qualquer ação ou proposta que ataque essa tríade mística deve ser enfrentada pelos militares como um ataque direto à sua própria existência:

Nas duas Batalhas dos Guararapes escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil só e não dois ou três. O de ser um Brasil fraternalmente mestiço na raça e na cultura e não outra república sul-americana asperamente nativista ou agressivamente antieuropeia ou outra Java ou mesmo uma Guiana em ponto grande (FREYRE, 1994, p. 161).

As intervenções do Exército na vida política brasileira se dariam pela via pacífica. Aliás, retomando o caráter nacional mestiço, o pacifismo é uma marca indelével de nossa brasilidade:

O Exército, por uma espécie de intuição que entre alguns de seus líderes mais esclarecidos data de dias remotos, de sua responsabilidade antes de coordenador pacífico que de ordenador violento e arbitrário dos contrários da vida nacional. No Brasil, excetuando-se um ou outro período, povo e instituições democráticas, povo e instituições nacionais, desde os dias remotos da Independência, tendem, dentro das imperfeições humanas, a completar-se e aperfeiçoar-se pacificamente (FREYRE, 2019, p. 31).

Os conflitos sociais são reduzidos à uma presença mínima. Buscando evitá-los, a crítica e o medo do Comunismo também aparecem como um elemento importante, a valorizar e justificar a participação dos militares na política, pois “[o] que não significa que a prevenção justa deva ser negligenciada. De modo nenhum. Surpresas ou traições como a de 1935 podem repetir-se” (FREYRE, 2019, p. 36). O anticomunismo tem uma dupla função no discurso militar do passado, e mesmo do presente: em primeiro lugar, confere às FFAA um espírito de organização, de identidade e de controle à tropa. Em segundo, dialoga com esse pensamento conservador mais fluido que transita entre setores civis e militares e que reforça o papel intervencionista das Forças Armadas no Brasil:

Acreditamos que a compreensão do real significado da mensagem anticomunista para a organização militar deva ser vista primeiramente como uma escolha estratégica, uma dentre as várias disponíveis no mercado das ideias. [...] No interior da organização esta a retórica contribui de forma significativa para a construção da identidade da organização e permite um controle organizacional, uma vez que legitima medidas repressivas intramuros. Externamente, ele coloca a organização como o ator competente para combater o inimigo solerte e ao fazer isso ele legitima a presença da organização na cena política, amplia seu escopo de ação e torna aceitável o pleito por maiores recursos (FERREIRA, 2005, p. 88).

Gilberto Freyre enfatiza a possibilidade da ação dos militares como força de estabilização social e política, baseando-se nos anseios nacionais e no caráter genuíno brasileiro da conservação e negociação sem excessos:

Do que o Brasil de hoje parece particularmente precisar é de que seu Exército, integrado no sistema democrático brasileiro, americano, mundial, sirva, cada vez mais, à nação democrática, sem que a nação democrática se descuide de sua organização civil para depender passiva e exclusivamente da força e da ação de seu Exército. Se nos faltar, porém, nos dias excepcionalmente difíceis que começamos a atravessar, essa organização civil que saudavelmente complete a militar, só nos resta

esperar das Forças Armadas o quase milagre de colocarem suas forças e armas a serviço da comunidade desorganização e da obra de consolidação do Brasil em democracia ao redor de seus mais autênticos líderes civis (FREYRE, 2019, p. 40).

Na ausência das instituições civis, seriam as Forças Armadas, sobretudo o Exército que teriam a função de consolidar a obra democrática no Brasil. O que não surpreende é perceber ecos de concordância com esse pensamento atualmente entre setores civis e militares.

3 O conservadorismo culturalista hoje: análise de monografias da AMAN

As monografias dos formandos da AMAN são um requisito para a obtenção do título de graduado em Ciências Militares. Assim, elas se estruturam, em geral, segundo moldes parecidos às monografias das graduações civis. Das 22 monografias selecionadas do banco de dados a partir da busca pelo vocábulo “história”, quatro tratam do tema da liderança e sua importância para o Exército. Além desse tema, outros que aparecem mais de uma vez são os da “guerra cultural”, “militares e política no Brasil”, “operações de Garantia da Lei e da Ordem” (GLOs), e o papel do Exército na história e sociedade brasileiras.

Numa visão geral, as monografias reproduzem diversos traços do pensamento conservador culturalista freyreano. Em uma monografia, há uma reprodução do mito do nascimento simultâneo da brasilidade, do Exército brasileiro e da miscigenação:

Essa passagem mostra como a luta contra a Holanda influenciou na nacionalidade brasileira, na medida em que intensificou a miscigenação e marcou as raízes do Exército Brasileiro, instituição presente nos momentos decisivos da história do Brasil. Em todo o período da ocupação holandesa no nordeste brasileiro ficou evidente como os três tipos étnicos formadores do brasileiro estiveram presentes e interagindo intimamente. Embora negros e índios lutaram de dois lados, foi no lado brasileiros que houve o impacto na formação da nacionalidade (CESTARIOLI, 2019, p. 31).

O próprio site do Exército reproduz essa narrativa, que circula, desse modo, entre setores civis e militares brasileiros.⁶ Essa ideia tanto posiciona o Exército socialmente, garantindo-lhe uma função, quanto constrói uma concepção de país e de história, marcada pela miscigenação e pelo equilíbrio/encontro entre os diferentes. Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, afirma o General Villas-Boas que “somos um país com mais de 200 milhões de habitantes, cuja população contém em si própria riquezas geradas desde 1500, decorrentes da miscigenação em que as três raças se mesclaram (VILLAS-BOAS, 2020, [s.p.]).

Essa imagem do Exército brasileiro como constituído por um jeito específico de lidar com os diferentes, que repousam nessa leitura conservadora e culturalista do país que resolveu de modo incruento suas contradições coloniais aparece quando se trata das missões de paz. Em pesquisa feita com 55 cadetes, 70,9% deles acreditava que a cordialidade era uma forma de instrumento dissuasório militar (BAMBA, 2019). Ou ainda:

Devido ao perfil acolhedor e cordial do soldado brasileiro, a relação da tropa com os locais tinha características diferenciadas. A atitude destes militares os aproximava da população local e gerava um ambiente amistoso e amigável, gerando intercâmbios culturais importantes [...] (MONSORES, 2019, p. 30).

Um dos pontos interessantes que surgiu da análise dos trabalhos monográficos é a identificação do papel pedagógico do Exército enquanto condutor da nação. Analisando os impactos de um projeto esportivo em uma organização militar:

[...] muito se ganha com estas ações em várias áreas, principalmente na evolução moral e ética dos alunos ou participantes das ações cívicas sociais. Ganhos relacionados ao comportamento em suas casas e escolas, à criação de uma mentalidade que proporciona o crescimento pessoal afastando-os dos problemas sociais encontrados nas suas comunidades (SANTOS, 2017, p. 34-35).

⁶ O texto completo está disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/11082045. Acessado em: 25 fev. 2022.

As obras construídas no período militar – sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional – também são apresentadas como provas do valor das instituições militares:

Além das mais variadas obras executadas durante o período especificamente pelo Exército, as realizações de empreendimentos estratégicos de sucesso, que impactam o dia-a-dia de milhões de brasileiros até hoje, fruto de projetos, planejamentos e execução de excelência, foram norteadas por princípios e valores militares. Essas transformações trazidas pela DSN incentivaram a participação crescente do Exército no tocante à infraestrutura, influenciando indireta e diretamente na sociedade (CAPRI TEXEIRA, 2019, p. 29).

Embora já seja possível contestar academicamente essa visão idealizada sobre a realização de obras públicas durante a ditadura militar (CAMPOS, 2014), ainda se reproduz esse imaginário que aponta a conduta militar como necessariamente ilibada:

O regime militar, considerando-se detentor da fórmula para desenvolver o país, passou a investir na formação de pesquisadores e na qualificação de técnicos superiores [...] Tratava-se de capacitar a mão de obra indispensável à projeção da “grande potência”. Sem numerosos profissionais superiores de diversas especialidades seria impossível materializar projetos grandiosos como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, o Complexo de Mineral de Carajás [...] (DOMINGOS NETO; MOREIRA, 2010, p. 107).

A formação acadêmica acaba por sofrer também a influência da historiografia militar revisionista do passado da ditadura e da própria sociedade brasileira. *A Verdade Sufocada*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra (2007), é um livro citado em mais de um trabalho sobre a história do Brasil. O general Sérgio Avellar Coutinho (2010) também é referência frequente. Porém:

[...] nessa época foram-se necessárias ações militares contra grupos subversivos que tentaram impor uma ditadura comunista em solo nacional, vistas no livro “Projeto ORVIL” de Lício Maciel e José Conegundes Nascimento.

O Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em seu livro “Verdades Sufocadas” mostra as ações dos guerrilheiros, os quais eram subordinados a URSS. No campo ou nas cidades, foram inúmeros atentados de diversos grupos de cunho socialistas, infelizmente sangue brasileiro foi derramado. Alguns preferiram se curvar a uma nação estrangeira, a pegar em armas e lutar contra seus compatriotas. Tudo pela ilusão de uma ideologia fracassada. Ao verificar na história o papel das Forças Armadas, pode-se notar que esteve sempre balizado pela legitimidade e legalidade (CAETANO, 2019, p. 12).

A reprodução dessas ideias conspiratórias se coaduna com as análises de Santos (2009) e Chirio (2021). Segundo esses autores, desde o final da ditadura militar há um conjunto de publicações de jornais, blogs e sites de grupos de militares da reserva e da ativa para promoverem o espírito conservador, anticomunista e revisionista dos militares (contar sua versão). As denúncias de ações contra as Forças Armadas situam até estratégias de uso de mensagens subliminares contra os militares (FREITAS, 2019).

É nesse cenário que os trabalhos do general Coutinho (2010) ganham fôlego. Reproduzindo a tese de uma infiltração comunista nos espaços de poder (principais partidos políticos competitivos), de cultura (universidade e nas artes), na própria Igreja (via Teologia da Libertação) e nos meios de comunicação (promovendo a doutrinação de crianças e adolescentes), esses trabalhos visam denunciar tal infiltração e conferir um papel às forças militares: proteger a nação da destruição dos valores que nos constituem e definem e a destruição das famílias. Novamente, o conservadorismo culturalista reaparece com muita clareza: é necessário salvar aquilo que de bom foi constituído no país. Ao mesmo tempo, argumentam ser necessário blindar-nos das influências exógenas e deletérias das ideologias divisionistas:

A grande invenção contida na concepção revolucionária de Gramsci, por ele denominada ‘guerra de posição’, está na mudança da direção estratégica de tomada do poder.’ Ele especifica que ‘em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder, a sua manobra é de envolvimento,

designando a sociedade civil como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar (SANTOS, 2021, p. 19).

O próprio General Villas-Boas concorda com essa visão, “Infelizmente, a partir de então, anos oitenta – não atentamos a que nós estávamos deixando fracionar, inicialmente por interesses alheios travestidos de ideologia” (VILLAS-BOAS, 2020, [s.p.]). As divisões sociais seriam fruto das ações humanas que, artificialmente constituem as divisões em solo brasileiro. Afirma Villas-Boas que:

Determinante, também, foi o fato de a esquerda, com pautas esvaziadas desde a queda do comunismo, terem aderido ao “politicamente correto”. Esse conjunto de pensamentos espalhou-se por nossa sociedade estimulado pela militância da esquerda. [...] O Politicamente Correto adquiriu um caráter de ideologia. A partir daí, como todas elas, passou a empenhar todas as energias e recursos no seu próprio fortalecimento. [...] Ademais, tende a, repetidamente, fazer mais do mesmo, alimentando-se da própria falta de resultados. Quanto maior a ênfase, por exemplo, nas teorias de gênero, maior a homofobia; quanto mais igualdade de gêneros, mais cresce o feminicídio; quanto mais se combate a discriminação racial, mais ela se intensifica; quanto maior o ambientalismo, mais se agride o meio ambiente; e quanto mais forte o indigenismo, pior se tornam as condições de vida de nossos índios (CASTRO, 2021, p. 164-165).

O ponto fundamental desta discussão é que foi estabelecida uma concepção de nação íntegra, constituída a partir da ação militar no século XVI e que confere às Forças Armadas, sobretudo ao Exército, o papel de tutela da preservação das estruturas culturais conservadas. Como um contraponto, uma contestação às teses apresentadas diz que:

[...] todo livro citado “é um ataque à esquerda” e atenta contra a democracia. “Esse livro é um livro de um militante político radical e irresponsável. É de um subversivo. Esse livro é o livro da subversão militar. As Forças

Armadas estão subvertidas, elas agem como um poder de subversão sem escrúpulos. Essa história de negar a possibilidade da esquerda é a negação da democracia. É isso. Um militar que chega e diz: ‘a esquerda não pode voltar ao poder’, o que ele está dizendo? Ele está dizendo: ‘nós precisamos de ditadura’. Essa geração dos anos 70 é uma geração maldita, está prejudicando muito o Brasil” (DOMINGOS NETO, 2021, p. 26).

É nessa linha também que se compreendem as denúncias de decadência moral, enfraquecimento da nação, a partir da aceitação da agenda homossexual e de raça no país:

Assim, após o estudo do emprego da tropa nas missões de combate, dos feitos que trouxeram a integração e o desenvolvimento e de o papel mediador da República, como um poder que modera os outros, pode-se concluir que não há possibilidade de analisar a história brasileira sem dar os devidos créditos aos militares. Responsáveis pelo progresso e pela ordem nacional, desde Guararapes, o Exército se tornou o baluarte da República e garantidor da democracia (CAETANO, 2019, p. 29-30).

O que sobressai desses trabalhos é uma concepção messiânica (COELHO, 2000) das Forças Armadas, que, seja pela via da modernização e progresso social, pela instauração da ordem e da autoridade ou para garantir as tradições culturais constituídas durante nossa história, legitima a posição dos militares como poder moderador e a democracia como mera variável dependente da ação e vontade dos militares:

O momento é de satisfação e alegria para todo o Brasil. Nas mãos das Forças Armadas, o poder moderador, nas mãos das Forças Armadas, a certeza da garantia da nossa liberdade, da nossa democracia, e o apoio total às decisões do presidente para o bem da sua nação (MARCELLO; PARAGUASSU, 2021, [s.p.]).

O trecho do discurso acima, do presidente Jair Bolsonaro, é um exemplo da atualidade dos postulados intervencionistas produzidos por militares e civis brasileiros.

4 Conclusão

O estudo do pensamento civil e militar sobre o papel das Forças Armadas não se encerra aqui. Assim, buscou-se oferecer uma contribuição ao campo, destacando como elementos do pensamento conservador culturalista circulam pelos estratos médios e superiores do oficialato do Exército Brasileiro. Se outras tradições intelectuais já circularam no meio militar (como o positivismo e o nacionalismo autoritário), o culturalismo conservador conecta interpretações sobre o passado militar e brasileiro e discussões atuais, como as questões sobre racismo, feminismo, homofobia e ambientalismo, sempre numa chave conspiracionista (marxismo cultural), herdeira da Doutrina de Segurança Nacional e refratária da democracia. Justifica-se, através do culturalismo, as intervenções militares para conservar elementos estruturantes da sociabilidade, sociedade e cultura nacionais.

Ao se comparar as monografias da AMAN que se dedicam a temas políticos e históricos com discursos dos militares no governo Bolsonaro, é possível identificar a reprodução e circulação de interpretações muito semelhantes: o culto à personalidade militar, o Brasil possui uma riqueza social a ser preservada; a sociedade brasileira lidou bem com as questões de classe e, sobretudo, de raça; a democracia brasileira transborda para as estruturas sociais, que podem (e devem) aprender com a eficiência, excelência e com o caráter ímpoluto das Forças Armadas, mormente do Exército – mesmo já comprovadas seres essas teses equivocadas histórica, sociológica e politicamente:

Os militares brasileiros mantiveram seu gosto pela imposição da lei e da ordem, revelado desde o regime escravocrata. Mas não abdicaram da estética de defensores da nacionalidade contra o estrangeiro. As Forças persistiram em seu dilema originário: seriam policiais e militares (DOMINGOS NETO, 2021, p. 21).

Pedagogicamente, os militares transmitiriam os valores nacionais para as demais instituições e organizações sociais, num processo de aprofundamento da militarização e politização, da sociedade e das Forças Armadas, respectivamente. Nesse

processo, sobressai-se a capacidade técnica militar, somada à sua visão estratégica de longo alcance, atenta aos ataques externos e internos:

Cria-se, desse modo, um círculo vicioso: as Forças Armadas intervêm em nome da garantia da estabilidade do sistema político; as intervenções, por sua vez, dificultam a consolidação das práticas democráticas. Estamos presos nessa armadilha e não conseguiremos escapar dela se não construirmos uma economia forte, uma democracia includente e uma República efetiva. Não conseguimos em duzentos anos de vida independente, e o tempo joga contra nós (CARVALHO, 2019, p. 25).

O diagnóstico de Carvalho (2019) é pessimista pois o mecanismo de acionamento das intervenções permanece em atividade. Assim, o passado – mitificado, idealizado e naturalizado nessa chave interpretativa dos militares – é o ponto, por excelência, de afirmação das capacidades da tropa, tanto pela capacidade de representar os anseios nacionais expressos desde a suposta origem do Exército no século XVII em Guararapes, quanto pela capacidade organizacional de execução de funções como nenhuma outra burocracia ou elite (que ao contrário do Exército, é corruptível). Ao lado dos currículos de disciplinas, esses elementos simbólicos ajudam a conformar todo um conjunto de valores, expectativas e posturas. No fim, também ajudam a construir o militar.

Essa concepção de país, de história e de democracia (racial e política) apresenta-se problemática desde o início, pois nega ou diminui o impacto do racismo estrutural em nossa sociedade e produz uma sociologia da política e do político que nega o conflito social como constitutivo das relações sociais na contemporaneidade. Nessa chave de leitura, os militares surgem como legítimos interventores em prol da conservação cultural e das próprias instituições democráticas.

As ideias podem ser tão poderosas quanto atos de guerra. Assim, é preciso enfrentar a questão do ensino nas Academias Militares. A reprodução de ideias intervencionistas (políticas ou culturalistas) devem ser confrontadas com os fatos históricos e com a lei. Se se querem Forças Armadas agindo em uma democracia segundo

princípios democráticos, não se deve aceitar a autonomia total dos militares no que tange a formação de seus quadros.

Entretanto, cabe notar que não é só no campo militar e conservador que se reproduzem essas ideias. O ex-Ministro da Defesa Aldo Rebelo (2021) subscreve, em texto recente, várias das mitologias e teses aqui apresentadas. Direta ou indiretamente, a roda do intervencionismo continua – infelizmente – rodando. Assim, incentiva-se novas iniciativas pesquisas sobre o pensamento político e social dos militares., pois eles estão no jogo político e parecem não pretender sair tão cedo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 42, p. 109-134, 1996.

AMORIM NETO, O.; ACÁCIO, I. De volta ao centro da arena: causas e consequências do papel político dos militares sob Bolsonaro. **Journal of Democracy em Português**, v. 9, p. 1-29, 2020.

BAMBA. C. A. S. **Estudo do terrorismo radicalista islâmico do ponto de vista sociológico**. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende – RJ, 2019.

CAETANO, V. de S. **Os militares e a política de 1945 a 1985**. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende – RJ, 2019.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1985. Niterói: EdUFF, 2014.

CAPRI TEIXEIRA, I. M. **A implementação da Doutrina de Segurança Nacional no exército brasileiro e a sua importância para a sociedade nos dias de hoje**. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende – RJ, 2019.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, C. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (org.). **General Villas-Bôas**: conversas com o comandante. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CESTARIOLI, P. H. S. **A contribuição das invasões holandesas no nordeste brasileiro para formação da identidade nacional**. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende - RJ, 2019.

CHIRIO, M. Da Linha Dura ao Marxismo Cultural: o olhar imutável de um grupo de extrema-direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014). In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda Editorial, 2021. p. 36 - 51.

COELHO, E. C. **Em busca de identidade**: O exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORREA, A. **A Ingerência Militar na Primeira República e o positivismo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

COSTA, F. C. de S. **Doutrina de Segurança Nacional**: entre o passado e o futuro. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro. 2008.

COUTINHO, S. A. de A. **Cenas da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

DOMINGOS NETO, M. Fileiras Desconhecidas. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda Editorial, 2021. p. 25 - 51.

DOMINGOS NETO, M.; MOREIRA, L. G. G. O Instituto Militar de Engenharia. In: DOMINGOS NETO, M. (org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p. 63 - 79.

FERREIRA, R. M. **Organização e poder**: Análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

FERREIRA, O. **As forças armadas e o desafio da revolução**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

FREITAS, L. M. A. de. **Traços de mensagens subliminares na divulgação de notícias sobre o Exército brasileiro**. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende - RJ, 2019.

FREYRE, G. Forças Armadas: uma força suprapartidária na vida pública brasileira. **Diário de Pernambuco**, [s.v.], p. 4, 1964.

_____. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2019.

_____. Em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros. In: MATTOS, C. de M. *et al.* **O processo revolucionário brasileiro**. Brasília, DF: AERP, 1969. p. 13 – 31.

_____. Louvor a Guararapes. In: CHACON, V. **Discursos parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994. p. 23 – 26.

JUNQUEIRA, C. Apresentação. In: JUNQUEIRA, C. (org.). **A filosofia política positivista**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979. p. 05 – 12.

LOUREIRO, F. “A Política do Exército”: o General Góes Monteiro e o pensamento militar no Brasil dos anos 1930. In: CHAGAS, F. M. *et al.* **A guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 41 – 68.

LYNCH, C. E. C. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, n. 100, p. 313-352, 2017a.

_____. Cultura Política Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 06, p. 4-19, 2017b.

LYNCH, C. E. C.; PAGANELLI, P. Gilberto Freyre’s culturalist conservatism: society, decline and change in Sobrados e Mocambos (1936). **Sociologia e Antropologia**, v. 7, p. 879 - 903, 2017.

MARCELLO, M. C.; PARAGUASSU, L. Bolsonaro repete que Forças Armadas são poder moderador e diz ter apoio total dos militares. **Reuters**, [online], 12 ago. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/08/12/bolsonaro-volta-a-se-referir-as-forcas-armadas-como-poder-moderador.htm>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MONSORES, F. da R. **A influência social do Exército brasileiro nas operações de pacificação durante a MINUSTAH**. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende - RJ, 2019.

PAIM, A. Introdução. In: JUNQUEIRA, C. (org.). **A filosofia política positivista**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979. p. 05 – 11.

PINTO, S. M. L. da S. **Exército e política no Brasil**: origem e transformação das intervenções militares (1831-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

REBELO, A. **O quinto movimento**: proposta para uma construção inacabada. [s.l.]: Jornal **Já** Editora, 2021.

RODRIGUES, F. da S. Intelectuais e Militares Brasileiros: a construção do estado autoritário e do pensamento nacionalista (1930-1945) In: BARBOSA, J. R. *et al.* **Militares e Política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 32 – 45.

SANTOS, E. H. de J. **Extrema direita, volver!** Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e os militares da reserva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, G. A. **General Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas**: modelo de defesa estratégica do exército brasileiro no âmbito da guerra cultural. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende – RJ, 2021.

SANTOS, M. V. P. **Exército Brasileiro**: uma escola cívica de valores pela sociedade. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende – RJ, 2017.

USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada**: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Rio de Janeiro: Ser, 2007.

VILLAS-BOAS, E. Carecemos de um projeto nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,carecemos-de-um-projeto-nacional,70003359516> Acesso em: 26 jun. 2022.